

DO RACISMO SEM RACISTAS À HOMOFOBIA SEM HOMOFÓBICOS: AS OPRESSÕES QUE SE MATERIALIZAM NA LUTA DE CLASSES

Sheila Dias Almeida¹; Larissa Rios Freitas²

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo

O presente trabalho, tem por objetivo analisar de que maneira a sociedade brasileira, mesmo rica em crimes de classe, racismo, homofobia e outras opressões, se comporta como se aqui, vivêssemos em plena harmonia com aqueles que ousam viver livremente tanto a sua sexualidade, como a sua negritude, ou com os grupos socialmente desfavorecidos. A todo momento, somos surpreendidos com notícias de crimes de ódio contra mulheres, a população negra, população LGBT entre outros. Da interdição pública, passando pela violação de direitos até a morte física, esses grupos são historicamente discriminados e vivem sob o julgo do conservadorismo, patriarcalismo e desigualdades sociais, em que expressões da “questão social”³ são materializadas na luta de classes. Dessa forma, o presente trabalho, mesmo que de forma ainda inicial, pois, trata-se de uma pesquisa⁴ para o meu trabalho de conclusão de curso, busca analisar de que maneira somos uma sociedade em que vige o racismo, mesmo sem racistas e homofobia mesmo sem homofóbicos.

Palavras-chave: Racismo, homofobia, gênero, classes.

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente é Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

² Graduanda do Curso de Serviço Social da UFOP.

³ Para o entendimento sobre o significado de “questão social”, buscamos sua definição em Cerqueira Filho (1982), onde nos aponta que: a questão social engloba o “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo, no curso da constituição da sociedade capitalista”. Assim, a “questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”.

⁴ Esta pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, e no momento da confecção deste trabalho, ainda na fase da revisão bibliográfica. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pretende ser apresentado ao Curso de Serviço Social, (pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social), ao final do segundo semestre do presente ano.

INTRODUCAO

A princípio, o interesse em torno do tema sobre opressões, que vai desde “Criminalização da comunidade LGBT” à hierarquização das classes sociais, partiu, além de uma inquietação pessoal diante de situações corriqueiras vividas por amigos, negros (as), gays, lésbicas etc. como também das provocações surgidas à partir da minha formação acadêmica. Pensando que tais opressões são fruto de estratificações sociais, com raízes históricas, alimentadas pelo poder da mídia convencional, pelo tradicionalismo e, sobretudo, em nome de Deus e da família. Por que não se perguntar como o preconceito pode partir de pessoas tão próximas como amigos e familiares, e se constituir como terreno fértil para a manutenção das violências decorrentes do preconceito?

Dessa forma, nosso objetivo principal, é desnudar a realidade e ir além das aparências, ou seja, buscamos aqui, compreender de que maneira, as opressões advindas das raízes históricas que vigoram nessa e em outras sociedades, se perpetuam ao mesmo tempo em que se escondem e se espriam. Buscamos ainda, identificar em quais lugares o preconceito e o racismo se localizam. Assim, essa reflexão se faz necessária, pois, é preciso despir a realidade de modo a compreender até que ponto o estigma social é capaz de criminalizar o sujeito, deixando-o a margem da sociedade.

Começamos essa discussão, por entender de que maneira o Modo de Produção Capitalista – MPC impõe costumes e padrões tidos como ideais a serem seguidos e por muito tempo as religiões trouxeram como ideal de família àquela composta a partir do homem e da mulher. Acreditamos que uma família ideal seja aquela em que entre os laços exista amor e ponto. A família ideal é aquela que o outro tem direito de escolher o que o faz feliz, independente de questões de gênero e padrões impostos. Diante disso, confio que o tema a ser abordado venha fortalecer esse debate em que acreditamos ou que ao menos incomode pensamentos antagônicos. Muitas vezes os processos históricos e a construção desses sujeitos não lhes permitem ultrapassar as barreiras dessa construção histórica, apesar de ser urgente e necessário que isso aconteça. É importante que se construa uma história diferente, em conjunto, por isso é que a luta do Movimento LGBT precisa ser fortalecida, em prol de um futuro mais

humano, livre, em que a igualdade e a democracia de fato aconteçam para todos, sem que um sujeito seja violentado e desrespeitado devido a sua opção sexual.

A abordagem do tema irá perpassar por questões que estão postas em nossa sociedade, mas que se encontram escondidas pela barbárie do sistema. Discutir onde o preconceito está e como ele se “camufla” será o eixo principal de discussão para que outros desdobramentos e problematizações também sejam realizados.

Para darmos início a discussão, se faz necessário que conceitos como “imediaticidade” e “questão social” sejam abordados. Para discutir onde o preconceito e a homofobia se encontram é preciso ir além da imediaticidade que está posta num primeiro momento e para discutir questões de gênero precisamos discutir também a luta de classes inerente ao Modo de Produção Capitalista – MDC, que se materializa enquanto expressão da “questão social”.

A construção sócio histórica do MPC está pautada na luta de classes e no conflito “Capital e Trabalho” que se materializa por meio das expressões da “questão social”. O Capitalismo se reinventa a todo momento, mas o conflito será sempre o mesmo, enquanto esse modo de produção não for superado. Ele busca dar novas roupagens as expressões da questão social, sempre em função da mercantilização do capital. Recorrendo a Mirla Cisne (2012, p.102):

“É por intermédio das mudanças nos processos de acumulação e reprodução da ordem capitalista, mediadas pela ação das classes e dos Estado que se imprimem as configurações da velha e imanente “questão social””.

Essas “novas roupagens” se materializam como se fossem algo novo, como se existisse uma “antiga questão social” que veio a ser superada. Observa-se apenas aquilo que se apresenta no imediato da situação e se não pararmos para discutir ou problematizar tudo aquilo que a aparência esconde, deixamos de compreender o que a realidade de fato nos apresenta. E se tratando da homofobia, não seria diferente. O agressor escolhe dar outros nomes ao preconceito ou até mesmo se vitimizar e, são em situações assim que a vítima real não tem voz e muito menos visibilidade.

De acordo com Coelho (2008), se tratando da imediaticidade, no MPC,

“O pensamento não apreende a realidade de forma imediata, instantânea (...). A consciência movimenta-se da realidade para si e de si para a realidade e, nessa dinamicidade, quando ocorre a supra-sunção do estágio do entendimento para a razão, torna-se cônica da dimensão universal que a conecta com a humanidade. Trata-se de um processo complexo, permeado por determinações, mediações e contradições. A consciência apreende, no âmbito da razão, de forma aproximativa, essa processualidade”. (COELHO, 2008, p.252)

Dessa forma, a imediaticidade do cotidiano só nos permite perceber aquilo que está aparente e não o que de fato a realidade traz. É preciso romper com essa “aparência” a fim de que a “essência” do objeto seja de fato apreendida pela consciência, chegando o mais próximo do real. Para que questões de gênero, atreladas a homofobia e questões raciais sejam melhores compreendidas aqui, é necessário que a realidade seja desvelada para que possamos romper ao menos o mínimo com parte da alienação, inerente a esse modo de produção, e compreender melhor a barbárie social que está instaurada.

Romper com toda essa alienação e imediaticidade não é tarefa fácil quando o assunto em questão está atrelado a relações de gênero, partindo ainda do pressuposto que vivemos em uma sociedade fundada no patriarcado. Apesar disso, é de extrema importância romper com a imediaticidade a que destacamos e, para melhor justificar isso, Cisne (2012), nos traz:

“Desse modo, perde-se a dimensão da totalidade, provocando o obscurecimento do antagonismo entre as classes sociais e favorecendo, a perda da identidade de classe e, logo, da resistência e luta contra esse modelo de sociedade”. (CISNE, 2012, p.101)

Diante do exposto, pensamos ser importante também, traçar uma reflexão sobre a relevância dessa temática para o Serviço Social, uma vez que essa profissão é forjada a partir de um projeto societário que busca, sobretudo, a emancipação de homens e mulheres, livres de todo e qualquer preconceito. Portanto, é de inteira importância a presença do Serviço Social nesse debate e luta, enquanto uma profissão que reconhece a liberdade como um valor ético central, que preza pela defesa dos direitos, da democracia e da emancipação humana e política. Cabe ao profissional do Serviço Social ocupar os movimentos sociais, buscar compreender como esses grupos foram se formando e onde estão, para então intervir, fazendo uso intransigente dos princípios pautados no Código de Ética Profissional, a fim de fortalecer lutas e conquistas.

Em resumo, pudemos perceber que as nossas inquietações pessoais provocadas por situações próximas, fazem parte da realidade de homossexuais do mundo inteiro. Enquanto ser humano, não nos permitimos que isso passe despercebido e enquanto Assistentes Sociais temos o dever que de fato isso não aconteça. A escolha do tema partiu de provocações nossas e essa pesquisa, dentro do Serviço Social, veio contribuir para que essas provocações encontrem respostas. E que essas respostas possam vir, então, unir forças a comunidade LGBT.

METODOLOGIA

Conforme salientado, este trabalho é fruto de uma pesquisa inicial, pois, trata-se dos primeiros passos na construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, embora essa fase corresponda apenas a uma minuciosa revisão bibliográfica, falta ainda a “menina dos olhos” que é a parte da coleta e análise dos dados. No entanto, cabe ressaltar, que compreendemos a importância de participarmos de um evento como o “Enlaçando Sexualidades”, pois, é a oportunidade que temos em trocarmos experiências e adquirir novos olhares acerca dessa temática que a nós se tona tão cara.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo social pelo qual se envolve a formação e a conservação da identidade é condicionado por uma estrutura social. A construção da identidade depende da identificação de valores, de símbolos e outras referências, mas não só disto, essa construção depende ainda de uma interação entre indivíduos. Desta forma, percebemos que, entender os fatores históricos que colaboram para a fragmentação de uma determinada identidade, torna-se imprescindível, pois isto, certamente, é um dos fatores que potencializa – e justifica – as várias formas de opressão⁵ de um grupo social para com o outro.

Cabe aqui uma breve discussão acerca de como a identidade se constrói no interior da luta de classes e de como o capitalismo se apropria de tais determinações, pois, são necessárias à sua manutenção. A necessidade de discutir identidade perpassa por compreender que esta seja uma via interessante para se pensar, tanto a questão de classe quanto a questão de raça.

⁵ Assim, se neste processo de interação houver formas preconceituosas e discriminatórias de uma raça, para com a outra, compreendemos que a identidade será fragmentada, ou mesmo negligenciada, fazendo com que os indivíduos inferiorizados busquem a “identidade ideal” uma vez que esta se apresenta como modelo de “identidade superior”.

“[...] identidade é o processo de construção do significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social” (CASTELLS, 1999. p. 22).

Neste sentido, podemos afirmar que para compreender o conceito de identidade, implica necessariamente a uma vinculação consciente do sujeito, e que tal processo se dá através de formas elementares de diferenciação entre “eu” e os outros (CUCHE, 1999). Portanto, pode-se afirmar que a identidade atua ao mesmo tempo num duplo processo, pois permite que o indivíduo ou grupo se localize e seja localizado em um determinado sistema social.

Desta forma, partimos do entendimento que a criação de uma determinada identidade surge do processo de vinculação consciente do sujeito no interior de um grupo. Contudo, a vinculação, pois, ocorre num processo de proteção da subjetividade de cada um, sendo este, o elemento que diferencia um indivíduo do outro.

Compreender a constituição das identidades de classes e sua mobilidade como um “movimento de contradições”, onde, através de um processo de negação, tais contradições se elevam, conforme aponta Bogo, (2010). Ou seja, quando a classe trabalhadora, ao negar a burguesia, através do conflito e não da conciliação, assume o lugar de dominante, trazendo consigo novas determinações, onde o Estado também se apresenta como instrumento, colocando acima dele a “ditadura do proletariado”, alterando assim a ordem democrática da maioria contra a minoria.

A existência da classe é que direciona as identidades e neste processo, uma classe se torna condição necessária para a existência da outra. E nesta “guerra de posições” para que haja emancipação de dominados por dominantes, a organização da classe se faz absolutamente necessária. Esta não é uma luta fácil, pois nela ocorrem duras batalhas que vão desde a ruptura entre as classes, como também a elevação do nível de conscientização e solidariedade entre os seus componentes, entretanto, é sabido que o capitalismo não existe sem classes e ao entrar nesta disputa, e se vencer, a classe trabalhadora se constituirá como classe dominante. (BOGO, 2010. p. 9 e 10).

Ressaltamos, no entanto, que a discussão acerca da construção da identidade, tem passado por vários questionamentos ao longo dos anos. Podemos arriscar em dizer, que tais questionamentos, partem da necessidade de compreender quais são as diferentes características

que se moldam num processo de transformação e que por sua vez, vão modificando esse conceito. Ou seja, de acordo com as variações históricas e as transformações sociais, culturais etc. Surgem novas formas de se conceber o conceito de identidade.

Se pensarmos na sociedade atual, dado o processo de aceleração das transformações sociais, culturais e econômicas entre outras, advertimos que a análise dos conceitos e das mudanças provocadas por esse processo, pode ficar incompleta, ou mesmo equivocada. E isto, resulta no desenvolvimento de ações desastrosas que interferem e afetam diretamente a vida dos sujeitos.

Portanto, estar inserido em um grupo coletivo ou em outras formas de sociabilidade, implica antes de tudo, uma consciência sobre quem é o sujeito individual e quem é o sujeito coletivo, e ainda, como se dá a dinâmica de interação dessa construção. Assim, compreendemos que a identidade é construída a partir de dimensões que envolvem o pessoal, o social e a dimensão psicológica (GOFMANN, 1988. pp. 72-74). Dessa forma, a junção desses três elementos é o que permite a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva.

O esforço aqui realizado para compreender a reflexão apresentada, parte de algumas inquietações acerca de como se constrói o debate da temática acerca da sexualidade e raça por dentro da discussão de classe. Nosso anseio é responder se de fato a classe absorve toda a pluralidade que comporta o ser negro e homossexual. Se for verdade que ao romper com as barreiras impostas pelo processo de alienação, o indivíduo consegue conceber a sua essência e o seu pertencimento em um determinado grupo social, ou se é preciso muito mais que o seu pertencimento de classe para que tal processo aconteça. Por fim, a superação do capitalismo e o surgimento da sociedade socialista resultariam no fim da discriminação racial e de outras formas de opressão?

As várias transformações ocorridas no mundo, sobretudo, a partir da metade de 1970, marcam a nova fase do sistema capitalista. Com essas transformações, veio também à aceleração de todo o seu domínio sobre o globo e as várias esferas da vida humana, atingindo assim a sua maturidade. Impulsionada por grandes transformações produtivas, o sistema capitalista avança, desenvolvendo novos mecanismos de controle de tudo e de todos. É a velha forma de domínio assumindo novas roupagens, dos grandes centros aos países periféricos, e dessa maneira, vão se formando as ideologias que conformam um imenso retrocesso. (MENEGAT, 2008).

Entendemos que para o enfrentamento ao racismo, e às variadas formas de opressões, como as de classe, gênero, geracionais, etnia, sexualidade, raça e outras, é preciso haver um compromisso político concreto, articulado entre Estado, sociedade civil, e, sobretudo, com ampla participação dos movimentos sociais. Sabemos que o que resulta de tais opressões são marcas profundas, alimentadas pelo sentimento de inferioridade e subjugação do indivíduo, que contribuem para a solidificação das contradições existentes e necessárias aos interesses econômicos do capitalismo.

A naturalização das diferenças e desigualdades são fatores que se combinam e são intrínsecos um ao outro, contribuem para a fragmentação da identidade do negro (a) e dos homossexuais, e não permitem que o indivíduo perceba a lógica perversa existente nas expressões das desigualdades e diferenças a que são submetidos cotidianamente. O que resulta de tal lógica é a ausência de alternativas, no desenvolvimento de uma reação coletiva, contrárias à posição de inferioridade que lhes são atribuídas constantemente.

Considerando que as relações sociais estão marcadas por assimetrias, podemos afirmar que o fator raça/cor/opção sexual é determinante para a exclusão ou inclusão dos indivíduos. Neste sentido, a exclusão da população negra e homossexual é constatada em todos os indicadores sociais, demonstrando que tal população permanece em situação de profunda desigualdade, situando-se nos segmentos mais pauperizados da sociedade brasileira. Embora reconheçamos que existam avanços na legitimidade política das ações de enfrentamento ao racismo e a homofobia, verifica-se, também, a existência de barreiras ideológicas e políticas de predominância dessa abordagem no meio acadêmico, estatal e societário.

Em breve resumo, o processo social pelo qual se envolve a formação e a conservação da identidade é condicionado por uma estrutura social. A construção da identidade depende da identificação de valores, de símbolos e outros referenciais, mas não só disto, essa construção depende ainda de uma interação entre indivíduos. Assim, se neste processo de interação houver formas preconceituosas e discriminatórias de um, para com outro, compreendemos que a identidade será fragmentada, ou mesmo negligenciada, fazendo com que os indivíduos inferiorizados busquem a “identidade ideal” uma vez que esta se apresenta como modelo de “identidade superior”.

CONSIDERACOES FINAIS

Esse trabalho acabou por evidenciar o crescimento de estudos e reflexões acerca das desigualdades, tanto sociais como advindas de outros mecanismos de opressão, como as étnico-

raciais e de gênero, ainda permanece uma dificuldade de articulação dessas estruturas de poder, que, ao serem denunciadas e combatidas separadamente, repercutem negativamente na construção de propostas e ações revolucionárias que visem a edificação de outra sociedade, livre de desigualdades e de hierarquização das diferenças.

É notório que o debate acerca das relações raciais e de gênero, adquiriu certa relevância na agenda política brasileira nos últimos anos, embora de forma tímida, vem se tornando objeto de estudo em pesquisas, tanto no meio acadêmico quanto em instituições estatais, não governamentais e organismos públicos e privados. No entanto, ressaltamos que isso ocorre porque de alguma forma, o Brasil ainda se encontra inserido em um quadro de permanência das desigualdades e assimetrias raciais, que contrastam com o status de país em desenvolvimento progressista. Embora reconheçamos os avanços na legitimidade política e nas bases teóricas que permeiam o universo da produção de conhecimento no que tange às relações raciais e as relações de gênero, verifica-se também, a existência de barreiras ideológicas e políticas de predominância dessa abordagem no meio acadêmico, estatal e também societário.

Existem ainda outros mecanismos de dominação-exploração engendrados nas relações sociais, e que devem ser igualmente compreendidos, o Patriarcado e o Racismo. Segundo Saffioti (1987), estamos diante de um único sistema de dominação e exploração, qual seja, o Patriarcado-Racismo-Capitalismo. A autora propõe a expressão construída pela ordem de emergência de cada um desses sistemas, que se transformaram e que, na sociedade capitalista, através de um processo simbiótico, transmutou-se em um só.

Concordamos com a autora de que ambos os sistemas são indissociáveis, e que operam simultaneamente nas opressões sofridas por sujeitos em situação de desigualdade, seja pelo gênero, raça/etnia, classe social ou pela intersecção desses. Contudo, hegemonicamente, à direção teórico-política do serviço social, vem sinalizando que o debate acerca das relações de gênero e étnico-raciais são complementares à perspectiva crítica adotada pelo curso, explícita no Código de Ética Profissional e nas Diretrizes Curriculares.

Assim, conforme aponta Silva (2004), o desafio consiste em realizar a análise da realidade, porém “sem conformismos, mas com indignação e rebeldia, mas também com o máximo de criticidade”. Ainda segundo Silva, só o diagnóstico, não basta, é preciso ter proposição, otimismo e a vontade de romper com a lógica capitalista que a tudo transforma, corrompe e molda ao seu desejo.

Portanto, afirmamos a fundamental necessidade, de superação das assimetrias que subordina os homens e mulheres negros/homossexuais, bem como das intersecções que se relacionam com essas variáveis. Só há possibilidade de se construir uma ação social eficaz se, de fato, houver a efetivação de um processo revolucionário diante da hegemonia do capital na totalidade da produção social, desenvolvida ao lado da economia, no campo da política, da cultura e da educação e ainda da dimensão simbólica, com atribuições distintas, mas com significados relacionados ao modo de vida dos indivíduos, não só no âmbito da questão étnico-racial como também na estrutura da própria classe, e sendo direcionadas como questões igualmente importantes.

É preciso ir muito além dos discursos e mover o recalque que mascara a sociedade dos privilégios, mas que na verdade, mantém tudo exatamente no mesmo lugar que sempre esteve e assim, superar ideologias como o mito da democracia racial no Brasil e toda a manipulação engendrada para a sua manutenção e efetivação.

Descolonizar o conhecimento é tarefa difícil, porém, essencial também, deve ser ir para além das aparências e olhar com lente de aumento para a intrínseca relação que existe entre o racismo, a homofobia e a estrutura de classes. Neste sentido, compreendemos que as classes sociais dependem da concepção ideológica de cada indivíduo e o que os unifica é o desejo de uma vida plena. Portanto, as possibilidades de superação da desigualdade social só podem se tornar realidade se a transformação social caminhar em conjunto com o respeito das particularidades históricas desta e de outras sociedades.

Concluimos que, seja numa sociedade de exploração capitalista ou em qualquer outra ordem social, se o racismo e a homofobia não forem alvo de enfrentamento e combate, certamente as desigualdades relacionadas a isso sempre marcarão as relações sociais. Portanto, a construção de uma sociedade livre, deve ser pensada com base em uma perspectiva de totalidade, onde a realidade social é constituída por múltiplos determinantes como: classe, raça, etnia, sexualidades, gênero entre outros.

REFERENCIAS

- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. GERHARDT, Klauss Brandini. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro, 2008.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999
- GOFMANN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de M. B. L. Nunes. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- MENEGAT, Marildo. **Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempos de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar essa questão?** Praia Vermelha, Rio de Janeiro, n. 18, p. 146-177, 2008.
- SAFFIOTI, Helleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SILVA FILHO, José B. Da. **A Questão Do Negro No Curso De Graduação Em Serviço social Da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFF, 2004.